

Apresentação

O Ministério Público Militar (MPM), em parceria com a Università di Roma Tre e a Procura Generale Militare presso la Corte di Cassazione, promoveu, no período de 2 a 5 de abril de 2024, em Roma, o seminário “Sistema jurídico militar comparado Brasil e Itália”, atividade acadêmica que teve a participação de palestrantes brasileiros e italianos visando à discussão, entre outros assuntos, do importante e atual tema sobre a influência e a evolução do Direito Militar no enfrentamento às diversificadas e crescentes ações criminais no mundo.

Esse encontro, além de fortalecer os laços entre as instituições judiciais dos dois países, proporcionou a troca de experiências e de ideias, principalmente, nas questões envolvendo as justiças militares. Apesar das peculiaridades culturais e políticas de Brasil e Itália e das diferenças entre seus dois sistemas judiciais, o evento se mostrou importante ferramenta de aprendizado para melhoria da atuação de seus participantes em suas funções junto aos seus respectivos poderes judiciais.

Como resultado dessa troca frutífera de informações, foram elaborados dez artigos, ora publicados, que trazem comparações entre as duas justiças, com conclusões úteis aos dois sistemas judiciais, além de reflexões sobre outros temas importantes, como os direitos humanos, provas digitais e a (não)liberação de drogas. No ponto, nossos agradecimentos aos autores Marcelo Felipe Maia Hor-Meyll Alvares, Cássio dos Santos Araújo, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Cristiane Pereira Machado, Cláudio Martins, Rafael Martins Liberato de Oliveira, Hevelize Jourdan Covas Pereira, João Carlos de Figueiredo Rocha, Fernando Edgar Lengruher Rodrigues e Alexandre José de Barros Leal Saraiva.

A edição conta, ainda, com o reforço de textos de outros participantes, a quem também deixamos expressos nossos agradecimentos, que retrataram, também por meio de artigos/palestras, os temas abordados durante este I Seminário Jurídico Militar Comparado Brasil e Itália: Ângela Montenegro Taveira, uma das coordenadoras do conclave; Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar, à época; Artur Vidigal, Ministro do Superior Tribunal Militar brasileiro; os Juizes Federais da Justiça Militar da União Alexandre Augusto Quintas e Ataliba Dias Ramos; Enio Rosseto, Presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo; o

Assessor da Procura Generale Militare presso la Corte di Cassazione Sebastiano La Piscopia; e o Presidente do Tribunal Militar de Roma, Stefano Palazzi.

Convém lembrar que as cooperações firmadas tanto com a Universidade Roma Tre quanto com a Procura Generale Militare presso la Corte di Cassazione envolvem parcerias que se inserem no contexto do Planejamento Estratégico do MPM 2021/2026, que explicita, no Objetivo Estratégico nº 7, a busca por uma “ampliação da atuação do Ministério Público Militar no plano internacional”, o que certamente envolve várias linhas de atuação, inclusive o intercâmbio de experiências em nível de direito comparado, incluindo a capacitação em manejo de técnicas de investigações complexas e em combate às organizações criminosas transnacionais, um dos escopos do evento ora retratado.

Com esta edição especial, a Revista do Ministério Público Militar, de forma inédita, compartilha com os seus leitores, por meio de seus artigos, o conhecimento e a experiência adquiridos no seminário “Sistema jurídico militar comparado Brasil e Itália”, oferecendo a oportunidade para que mesmo aqueles que não participaram diretamente do evento possam usufruir dos resultados alcançados pelos seus partícipes.

Boa leitura!

Clauro Roberto de Bortoli
Procurador-Geral de Justiça Militar